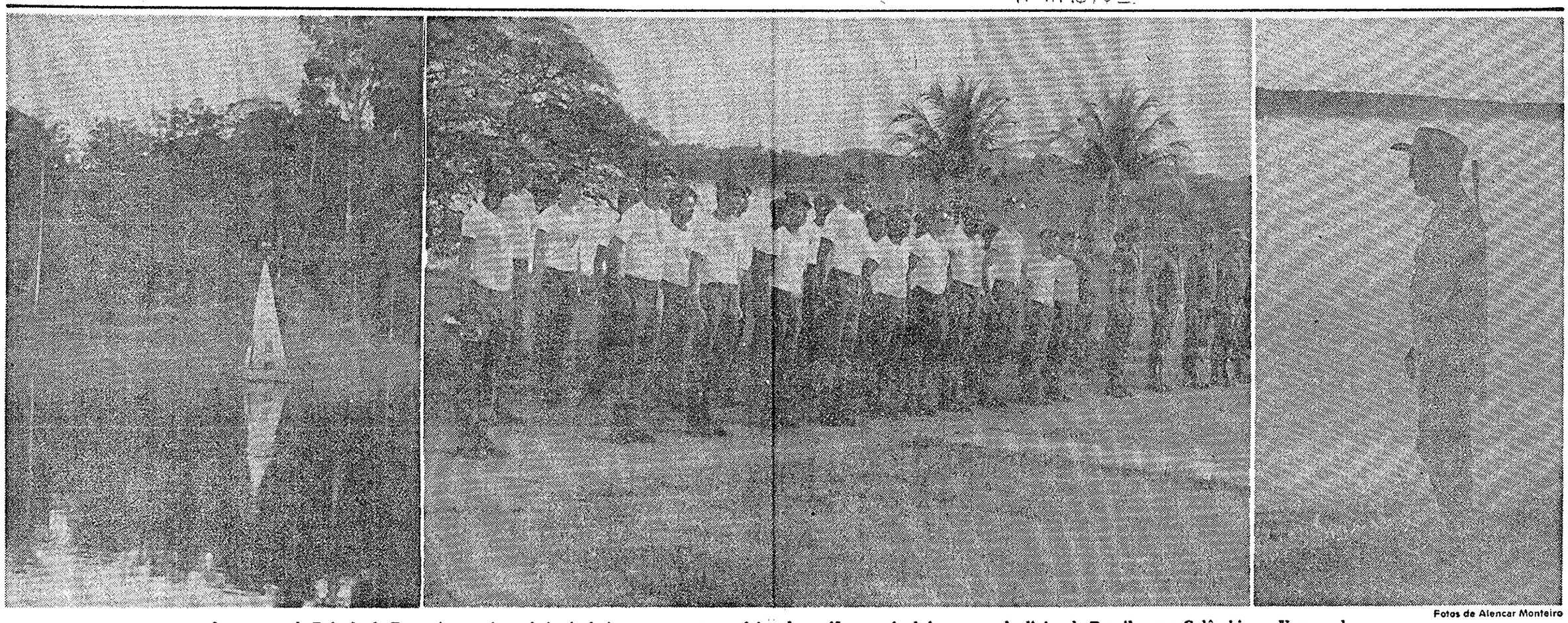
Acervo ISA

AMIRÓBO 1



Fotos de Alencar Monteiro

A presença do Pelotão de Fronteira, na Amazônia, é efetiva numa extensa faixa de região, que inclui o marco de divisa do Brasil com a Colômbia e a Venezuela

Comando da Amazônia protege 42% do País

EVANDRO PARANAGUÁ
Enviado especial

Na entrada do quartel do Comando Militar da Amazônia, em Manaus, uma frase de seu ex-comandante, general Rodrigo Octávio, define as dificuldades para o cumprimento da tarefa de defender 42 por cento do território nacional — inclusive oito mil quilômetros de fronteiras com sete nações —, dar segurança a cerca de quatro milhões de quilômetros quadrados e promover a integração entre militares e civis naquela área: "árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia; muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados para conquistá-la e mantê-la".

Historicamente, coube a expedição de Pedro Teixeira, que zarpou do Forte do Presépio, em Belém, no ano de 1637, transformar uma aparente missão de reconhecimento em fato de significativo alcance político, ao "empurrar" a fronteira de Portugal para Oeste contrapondo aos discutíveis termos do Tratado de Tordesilhas realidades mais concretas, como a efetiva ocupação territorial. Entretanto, tornava-se imperioso garantir a posse da região incorporada e balizar as novas fronteiras com algo mais efetivo do que simples marcos. Era necessário equipá-las, sob o ponto de vista militar, com a implantação de uma infra-estrutura de defesa que proporcionasse segurança contra a cobiça de outros países, especialmente da Espanha.

Ergueu-se o Forte de São José de Macapá, que aliado ao do Presépio, no estuário do Amazonas, dificultava o acesso ao interior da bacia amazônica as esquadras vindas do Atlântico. Foram construídos, ainda, os Fortes de Óbidos, São José do Rio Negro (que deu origem a Manaus), São Gabriel da Cachoeira, Marabitanas, São Joaquim do Rio Branco, São Francisco Xavier de Tabapinga, Príncipe da Beira e inúmeros fortins e acampamentos, como os de Barcelos, São José do Javari, São Fernando do Içá, Tefé, Coari, Borba e outros mais. Foi a gênese não apenas das atuais unidades de fronteira do Exército na região amazônica, mas também de sua colonização e povoamento das atuais cidades.

Em conferência feita recentemente na ADESG de Manaus, o ex-comandante militar da Amazônia, general Bethlem, ofereceu alguns dados de comparação para se avaliar as dificuldades que a região oferece, principalmente para um apoio logístico eficaz. Assim, de Manaus a Belém, por via fluvial, descendo o rio Amazonas, são 925 milhas, equivalentes a distância marítima entre o Rio de Janeiro e Aracaju correspondendo a dois dias de navio. A distância fluvial entre Manaus e Tabatinga, na fronteira com a Colômbia e o Peru é de 835 milhas, correspondendo a distância entre Porto Alegre e Vitória.

Entre Manaus e Belém, por via aérea, são cerca de 1300 quilômetros, a mesma distância que entre Rio de Janeiro e Salvador. Por sua vez, a distância aérea entre Manaus e o marco BV-8, limite entre Roraima e Venezuela, é de 850 quilômetros, igual a de São Paulo a Brasília. Entre Belém e Cruzeiro do Sul, no Acre, onde tem sede o 1º Batalhão de Engenharia de Construção, a distância é a mesma que separa a capital paraense de Porto Alegre. Entre Belém e Forte Príncipe da Beira que há dias completou 200 anos na fronteira de Rondônia com a Bolívia são dois dias de viagem nos antigos aviões anfíbios Catalina, veteranos das missões de patrulhamento anti-submarino na Segunda Grande Guerra. Aparentemente um absurdo, quando se constata que o número de horas voadas equivale ao de um Concorde para ir e voltar de Paris ao Rio, muito razoável para quem conhece as peculiaridades da região, como o general Ayrosa, comandante do Comando Militar da Amazônia, que lembra o tempo de seis anos gasto no transporte de um canhão, entre Belém e Forte Príncipe, no século XVIII.

UM MUNDO DIFERENTE

Como os fortes militares do velho oeste norte-americano, os pelotões de fronteira do Exército, na Amazônia, possuem peculiaridades que os distinguem de qualquer outra unidade militar. É comum ver-se uma tropa fazendo ordem unida e um grupo de meninos jogando bola a poucos metros de distância. A inexistência do tradicional Cassino dos Oficiais leva o tenente instrutor a ir bebericar sua cervejinha no "Bar Atraente", de propriedade do cabo Guedes, que momentos antes marchava sob suas ordens. Ou no "Bilú Tetéia", pois na pequena comunidade de Cucuí, no Alto rio Negro, fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela, também existe iniciativa privada e uma saudável concorrência.

Cucuí, conhecida pelos cadetes da velha Escola Militar de Realengo e das Agulhas Negras como Cucuí de Las Palomas, embora lá não haja pombas, está situada ligeiramente acima da Linha do Equador, não longe do Pico da Neblina, o ponto culminante do Brasil com 3.014 metros de altitude. É praticamente equidistante de Manaus, Caracas e Bogotá e constitui uma pequena comunidade onde vivem atualmente 680 pessoas, em sua maioria menores, embora este número tivesse atingido o dobro há um ano. Foi quando uma parte do efetivo do 1º BEC lá esteve acampado para iniciar uma das frentes de trabalho da rodovia que a ligará a Uaupés, também chamada de São Gabriel da Cachoeira, 180 quilômetros ao Sul, por onde passará a rodovia Perimetral Norte.

Cacuí constitui exemplo típico da integração entre civis e militares. Trata-se de local onde as grandes distâncias, o isolamento, e a relativa carência de recursos, costumam aproximar os homens. Como existem exceções a este princípio, quando elas ocorrem, surge a figura do comandante do Pelotão, que tanto pode ser um capitão como um tenente. Neste caso seus poderes são quase ilimitados e os critérios são invariavelmente ditados pelo bom senso de cada um. Para o tenente Luiz Arthur, que se encontrava interinamente no Comando da guarnição de Cucuí em meados de julho, quando se trata de arbitrar uma questão que envolve civis, "junta-se um pouco do Regulamento Disciplinar do Exército, dos preconceitos dos Códigos em vigor e sobretudo de bom senso, e geralmente tudo se resolve satisfatoriamente. Já quando o caso é mais grave, o elemento é encaminhado à autoridade policial mais próxima". Segundo ele os índices de criminalidade são praticamente nulos e os problemas maiores são os de ordem moral, a exemplo do choque de costumes entre os trabalhadores dos batalhões de construção e as moças de Cucuí, problema que também aflige o pároco local, padre Miguel, um salesiano paulista há quase 40 anos na Amazônia e pouco mais de dois anos em Cucuí.

O MILAGRE NA SELVA

Cucuí tem história e tradição. Por lá já passaram Rondon, demarcando fronteiras, o marechal Juarez Távora e José do Patrocínio, este como prisioneiro político pagando pela ousadia de participar ativamente da campanha abolicionista.

O orgulho da comunidade nos dias de hoje decorre do fato de dispor de assistência médico-hospitalar que pode ser qualificada de "excelente" segundo o médico local capitão Abud se levada em conta a realidade regional. Em plena selva são feitas pequenas cirurgias, o atendimento odontológico sob a responsabilidade do tenente Waldemar conta com moderno equipamento, inclusive radiológico, e o capitão Sérgio, farmacêutico, dispõe de material de primeira ordem para exames de laboratório. Em caráter habitual são feitas cirurgias abdominais e em caso de emergência qualquer uma, se não houver a alternativa de rápida remoção do paciente para Manaus. Mas Cacuí oferece um quase milagre: mesmo em nível nacional não há filas para o atendimento médico e ninguém volta para casa sem ser atendido.

Nas unidades de fronteira são atendidos muito mais civis do que militares. Numa das principais — Tabatinga — o hospital local, atendeu, em 1974, a uma média mensal de 97 por cento de civis e apenas 3 por cento de militares.

Em Cucuí, segundo o doutor Abud, a média mensal é de 240 atendimentos: 45 por cento de militares, 45 por cento de civis e 10 por cento de estrangeiros, das vilas de San Carlos, na Venezuela e San Felipe, na Colômbia. Excetuadas a verminose e a subnutrição endêmica males que são nacionais, as condições de saúde das populações da região de fronteira podem ser consideradas boas segundo os oficiais do Serviço de Saúde do Exército que lhes dão assistência.

No setor do Educação, o Comando Militar da Amazônia atua em convênio com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Educação e Cultura do Amazonas. Em consequência, quatorze escolas de 1º grau, com um efetivo de setenta e cinco professores e cerca de três mil e oitocentos alunos são mantidos pelo Exército nas organizações militares da fronteira do Amazonas, de Cukuí, no Alto Rio Negro até Palmeira, no Alto Javari. Em algumas unidades existe também o ensino profissionalizante para menores órfãos ou carentes de recursos. Uma das seis professoras que lecionam em Cucuí, a professora Josefina não faz reparos aos níveis de escolaridade dos 180 alunos do 1º grau, mas se ressente da inadequação do material didático, sobretudo dos livros, às peculiaridades regionais, "pois é evidente que eles foram feitos no Sul e não têm nada a ver com a vida daqui. Até falam de coisas que as crianças nunca viram ou no máximo conhecem de nome".

UM PROBLEMA QUE PREOCUPA

Nas áreas de fronteira não existem em caráter permanente os órgãos públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Na Amazônia, o Exército celebra convênios com o Funrural, INPS, Funabem, LBA, Cobal, Sudam, Projeto Rondon, entre outros, para poder proporcionar assistência médica, educacional e alimentar e de infra-estrutura básica as comunidades locais. Estas vão se concentrando em torno dos núcleos militares, dando-lhes a feição peculiar que os caracteriza.

Atualmente — e este pensamento é comum ao General Ayrosa, Brigadeiro Protásio, e Almirante Andersen, que comandam Exército, Aeronáutica e Marinha na área — as maiores carências e dificuldades nas áreas fronteiriças estão ligadas ao campo da comunicação social. Em grande extensão da Amazônia nenhuma emissora é captada com tanta facilidade quanto a Rádio de Havana, cujos programas transmitidos em Português, especialmente para o Brasil, no entender de muitos militares, costumam ser injuriosos mas incapazes de atingir os efeitos pretendidos de indispor povo e governo, entre os ouvintes com um mínimo de formação cultural, mas o problema é que existem na área grandes contingentes populacionais sem esta formação. Como agir, então? A ausência de referências expressas a programação radiofônica cubana e a adoção de medidas preventivas através da Ação Cívico Social — Aciso — tem sido a opção feita até o momento com relativo sucesso. Alguns militares porém acham que residualmente a Rádio Havana pode ter tido alguma responsabilidade no episódio das guerrilhas rurais de Xambioá e Araguatins e até mesmo na radicalização dos conflitos entre proprietários e posseiros de terra exacerbando as tensões sociais geradas pela deficiente estrutura fundiária da região. Enquanto os principais problemas não são resolvidos e as causas mais profundas das tensões sociais não são removidas, a dificuldade em sintonizar emissoras brasileiras em igualdade de condições com as estrangeiras, constitui uma das maiores dores de cabeça das autoridades militares.

Este fenômeno também tem implicações no campo cultural. na região fronteiriça alguns ritmos sul-americanos, como a cúmbia e o merengue, são bastante populares entre os brasileiros e uma boa parte do prestígio de Roberto Carlos decorre de seu sucesso nas paradas musicais de Venezuela e Colômbia, principalmente. Então, chega-se ao seguinte quadro: a presença do Brasil é mais efetiva em toda a região limítrofe com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Seus núcleos populacionais são mais importantes e os brasileiros assistem mais a seus vizinhos do que são por eles assistidos. Mas no campo radiofônico dá-se o fenômeno inverso, sobretudo com relação à Venezuela, Colômbia e especialmente Cuba.

Há outros problemas, porém e alguns deles de mais fácil solução: até o ano passado Cucuí era servida por oito vôos semanais, todos da FAB, sendo 4 aviões Búfalo e os outros quatro C-47 ou Catalina. Com a determinação do Governo Federal de reduzir em 20 por cento o consumo de combustível, a FAB viu-se forçada a reduzir em 50 por cento as frequências de seus vôos para as unidades do Exército e as missões religiosas na Amazônia. Realista, o Brigadeiro Protásio reconhece, em seu gabinete na Base Aérea de Belém, que para o 1º Esquadrão de Transporte Aéreo, a redução de 20% significou o cancelamento de metade dos vôos. Na prática, os efeitos são terríveis, sobretudo para pequenas comunidades como Cucuí. Seu armazém, na medida em que os estoques escasseiam (eles são vendidos a preços de Manaus) deixam militares e civis à mercê dos preços impostos pelos chamados "regatões", barcos que sobem o rio Negro para comerciar e sobretudo lucrar segundo critérios no mínimo discutíveis. Desta forma, uma dúzia de ovos sobe de 15 para 24 cruzeiros, um quilo de feijão de 10 para 30, 1 de arroz de 12 para 22, as latarias no mínimo dobram de preço e assim por diante. As alternativas não são muitas: a caça, a pesca (no caso de Cucuí uma opção pobre, pois o Negro não é muito piscoso) e as frutas silvestres, como biribá, taperebá, assaí, pupunha, mari, uxi e até mesmo abio, banana e manga.

Oficiais, praças e civis, por conhecimento de causa ou mera intuição, nivelam-se numa identica constatação para as unidades militares da fronteira, muitas delas isoladas do mundo a não ser pelos aviões da FAB, o preço pago com a economia de combustível está sendo alto demais e exatamente por aqueles que enfrentam pela natureza de sua missão as maiores dificuldades.

Mas não é só; dificilmente um oficial que serve num pelotão ou batalhão de fronteira deixa de se ressentir da limitada autonomia administrativa e financeira daquelas unidades. Um tambor de gasolina poderia ser adquirido tranquilamente na Venezuela a preço ligeiramente superior a 1 cruzeiro o litro. As vezes a gasolina escasseia, ameaça faltar, e não há como adquiri-la no país vizinho. Isto seria razoável, dentro das normas especialíssimas que regem o relacionamento entre os países (e suas Forças Armadas) nas fronteiras amazônicas, segundo o pensamento quase unânime de oficiais e sargentos. Mas não é possível, apesar da maior flexibilidade de nossos vizinhos. Esta flexibilidade permitiu que um caminhão do Exército brasileiro realizasse uma missão de boa vizinhança num país limítrofe para realizar durante vários dias trabalhos de movimentação de terra sem qualquer ônus além do combustível.

O SOLDADO DA FRONTEIRA

A idade do soldado de fronteira varia entre 20 e 42 anos e não é difícil encontrar se pai e filho servindo juntos. Mais do que uma vocação para a vida militar, a falta de maiores oportunidades na região da fronteira amazônica leva muitos jovens a se engajarem no serviço militar, pois além do salário direto duas vezes e meia superior ao salário mínimo regional — um soldado começa a carreira com pouco mais de 1200 cruzeiros mensais — a estabilidade e os salários indiretos sob a forma de assistência médica, educacional e social, para si e sua família, fazem da carreira militar a aspiração máxima para muitos e indiscutível "status" para os que a seguem. Este é o caso dos dois soldados mais velhos de Cucuí, Silva e Bernardino, ambos com 40 anos de idade e 18 de serviço, com perspectivas de se aposentarem dentro de dois anos com soldo de Cabo, que acrescido dos adicionais por tempo de serviço "vai dar para tirar uns 4 mil por mês", segundo Bernardino, que vai com a família para Manaus, pois está com filhos moços. Silva vai morar mesmo numa casinha a poucos quilômetros de Cucuí e viver de seu soldo e mais uma agricultura de fundo de quintal, de subsistência. Vasconcelos, 20 anos, o soldado mais novo da unidade, tem pela frente as mesmas opções: ao fim de 20 anos de serviço, ficar ou partir, isto se não sair do Exército antes. São poucos porém os que fazem isso e geralmente não se dão bem. José, marido de Maria Antônia, com quem tem sete filhos deixou de ser soldado e hoje está desempregado, procurando trabalho na abertura da estrada que está sendo feita pelo BEC. A situação ficou tão difícil para ele que um de seus filhos, Roberto, de 11 anos, que cursa a 4ª série e é aluno da professora Josefina, numa manhã de domingo deixou de brincar com seus amigos para colher capim (um saco é vendido a 11 cruzeiros) e ajudar a família.

Para os Cabos, a situação também não é fácil. Frequentemente eles que se incorporam ao Exército em grandes centros são transferidos para a fronteira onde devem passar um mínimo de 15 anos (até há pouco tempo eram dez anos). Após cumprido o tempo de serviço — de dois anos para oficiais e sargentos — eles têm o direito de escolher o local para onde desejam ser transferidos, vantagem tida superior aos adicionais que percebem e ao fato de o tempo de serviço na fronteira ser acrescido de um adicional de 1/3 para efeitos de aposentadoria. Para os solteiros as dificuldades são maiores, pois com a redução dos vôos da FAB o chamado "arejamento", uma semana em Manaus após 3 meses a fio no isolamento das matas e dos rios, — uma praxe não constante dos regulamentos — passou a ser apenas uma recordação. Como compensações, além de moradia o direito a "etapas" de alimentação que podem ser fornecidas em espécie para ser consumida também pela família do militar, que nesse caso perde o direito a frequentar o "rancho". Quando o Búfalo da FAB traz carne fresca e frangos abatidos de Manaus, após a distribuição entre o pessoal militar, o que sobra é dado aos agregados civis. É sempre uma festa, sobretudo se considerado que os comerciantes não cobram nunca menos de 40 cruzeiros por uma galinha viva. O veterinário, tenente Matos, está procurando acabar com os atravessadores através da implantação de uma granja, que dentro de dois meses já deverá estar produzindo frangos para corte. Ele também supervisiona a horta, que apesar de seus esforços não atende a demanda, o que todos lamentam, pois um quilo de tomate está por 24 cruzeiros.

Cucuí possui, ainda, uma pequena usina que lhe garante o suprimento de luz 24 horas por dia, uma serraria, olaria, padaria e outras atividades que funcionam como suporte de sua subsistência. O elemento fixo da comunidade, o soldado, que lá passa quase toda sua vida, geralmente tem bons conhecimentos do idioma "geral" e alguns dialetos indígenas. Mais da metade dos soldados tem ascendência indígena e a maioria do pessoal militar é formado por apenas 3 famílias. Silva, Melgueiro e Garrido. Além dos esportes, principalmente futebol, as distrações consistem em alguns bares (o consumo per capita de álcool em Cucuí é elevado) e numa boite, de instalações simples mas equipamento de som sofisticado e até luz negra, que constitui o divertimento máximo dos jovens.

Para buscar apoio de qualquer espécie ou para comerciar, a tal ponto Cucuí converteu-se num centro regional importante — e isto é verdadeiro para as unidades de fronteira de um modo geral — que basta dizer que os índios Kaho Xotari viajam até doze dias de canoa, inclusive subindo rios a remo, para lá chegarem.

DEVAGAR EU CHEGO LÁ

Uma tartaruga com asas e os dizeres "devagar eu chego lá" é o emblema dos Catalinas que voam na Amazônia. Carinhosamente chamados de "catita", "anjo voador", "pata choca" ou irreverentemente de "catalinosauro", uma ave pré histórica que ainda hoje voa naquela região, o Catalina, com seus quase 40 anos de idade ainda é insubstituível, descendo em qualquer campo por sua rusticidade operacional e pousando nos rios onde ainda não existem campos de aviação. A rede amazônica coberta pela FAB compreende 60 mil quilômetros e abrange 85 localidades. Em 1975 foram voadas 17 mil horas pelos 46 pilotos que integram o 1º Esquadrão de Transportes Aéreo, com sede em Belém, cujo equipamento compreende além dos Catalinas e C-47 (versão militar do DC-3) os modernos "Bandeirante". Estes são os aviões que transportam passageiros na Amazônia. São eles que realizam as chamadas Missões de Misericórdia — 80 o ano passado — quando em qualquer condição de tempo voam por vezes milhares de quilômetros para socorrer alguém em risco de vida e trazê-lo a um hospital. São também estes pilotos que mensalmente fazem um vôo da Amazonia até Bauru, trazendo leprosos para internamento naquela cidade. Além do apoio as unidades do Exército e as missões religiosas, a FAB através da ajuda que dá a estas, possibilita a assistência a grande número de tribos, como os Tiriós, Gorotire, Cururu, Molocopote, Wai Wai, Apalaí entre outras. Esta missão é completada em Belém, onde num retiro pastoril os índios são treinados no traquejo do gado, especialmente búfalos, que passarão a criar em suas tribos, além de animais de menor porte, como porcos e galinhas.

Por sua vez a Marinha desenvolve sua ação na Amazonia ao longo de 20 mil milhas de rios navegáveis atingindo pontos extremos dos rios Acre, Branco, Javari, Juruá, Madeira, Negro, Purus, Tapajós, Tocantins, sem falar no Solimões. De Belém a Cruzeiro do Sul, no rio Juruá, são 3.200 milhas distância equivalente a de Recife a Gibraltar.

No plano estritamente assistencial e de apoio ao meio civil a Marinha presta assistência médico-dentária e distribui material escolar as populações ribeirinhas, através dos navios da Flotilha do Amazonas e forma pilotos e demais tripulantes para a navegação nos rios da bacia amazônica. O calado dos navios que realizam tais missões varia entre 1 metro e vinte e 1 metro e oitenta habilitando-os a penetrar profundamente nos rios. Através de seus navios patrulha fluvial realizou a Marinha cerca de 130 mil atendimentos no ano de 1975, inclusive participando ativamente da campanha de vacinação contra a meningite. Naquele ano foram navegadas 75.672 milhas para o cumprimento de 37 missões de patrulha fluvial na rede hidrográfica amazônica.

A tal ponto a filosofia da "presença" dos militares junto às populações civis menos assistidas está incorporada à atuação da FAB e da Marinha na região, que tanto o brigadeiro Protásio como o Almirante Andersen não chegam a se aborrecer quando um avião ou um navio fluvial sofrem alguma pane que os obriga a permanecer mais tempo longe da sede. "Afinal — como disse o brigadeiro Protásio — é nestas horas que temos mais tempo para prestar assistência material, conversar, trocar idéias e conhecer mais de perto os problemas das populações do interior da Amazônia. E esta é uma missão que além de seu caráter assistencial e humanitário, também tem implicações positivas sob o ângulo da segurança".